



O que a agricultura de Moçambique pode aprender com a Amazónia?

opinião

VERSÃO DIGITAL

Periodicidade: Mensal | Edição 22 | Ano IV - Junho 2026 | Director: William Mapote |

SOBREVIVER AO RITMO DA NATUREZA

- Entre secas, inundações e doenças, pecuaristas de Magude lutam para preservar um dos maiores efectivos bovinos do país.

- Com alerta de mais uma vaga do fenómeno climático El Niño, o distrito vive na incerteza enquanto recupera das cheias que no primeiro trimestre deixaram marcas na pecuária.

ÍNDICE

04

Nova rota para o sector
agrário em consulta pública

05

Elefantes impulsionam recuperação
da fauna bravia em Moçambique

06

Pecuária em Magude:
sobreviver ao ritmo
da natureza

06

Governo projecta investir 600 mil dólares
para reforçar produção de vacinas
veterinárias

12

O que a agricultura de Moçambique
pode aprender com a Amazónia?

22

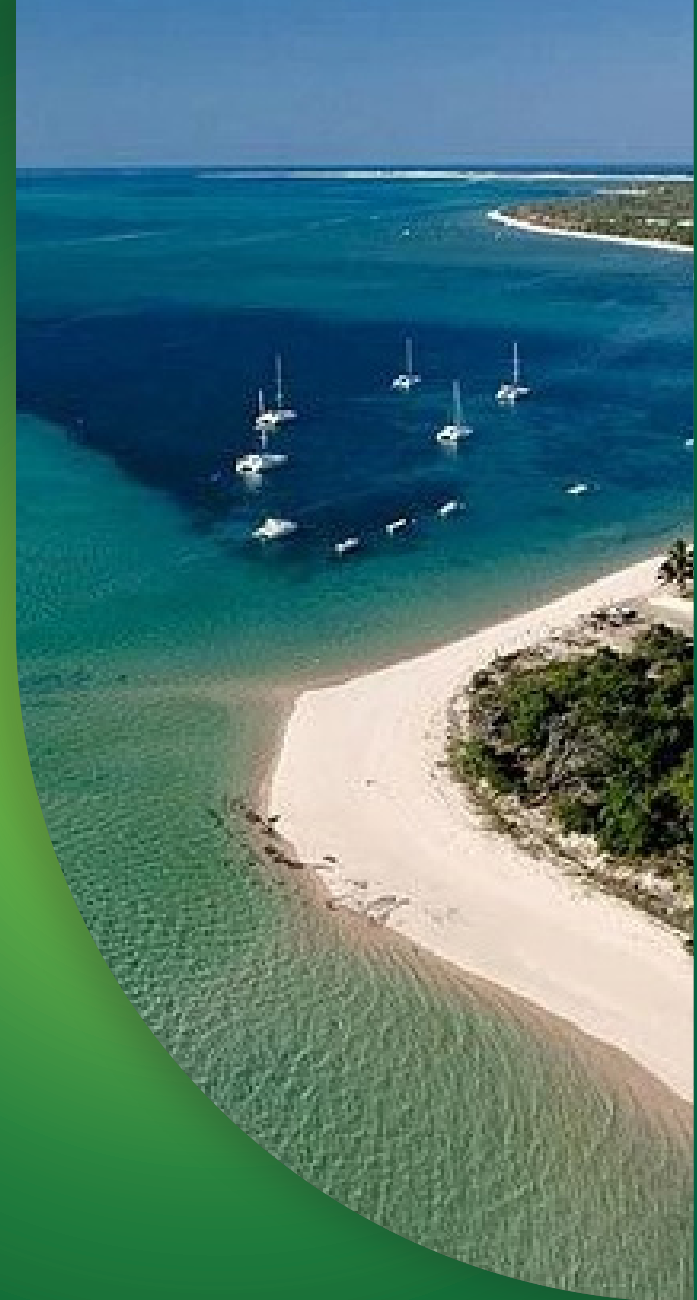
Combate à pesca ilegal ganha nova
frente com inauguração de centro
regional em Maputo

23

UE reforça financiamento para agenda
climática e energética em Moçambique

24

Moçambique declina intermediários
para entrada nos mercados de carbono



Revista
Terra

A VOZ DO SECTOR AGRO-AMBIENTAL

www

www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://www.facebook.com/revistaterra)

Propriedade
Terra Media Lda - Sociedade
Unipessoal
Publicação:



REVISTA TERRA
Rua da Resistência n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258847322282 e
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz
Registo sob n.º
**122/GABINFO/
DEPC/210/2022**

Editor
William F. Mapote

Redacção:
William Mapote
Julio Armindo F.
Guilherme FM
Bendito Nascimento
Colaboradores:
Nordino Gabriel (Cabo
Delgado)
Afonso Brandão
Luca Bussotti

Revisor Linguístico:
AR&Serviços SU

Maquetização:
Rui Baltazar
Samuel Maribate

Administração:
Narciso F. Mapote
administracao@revistaterra.
co.mz

Comercial:
Filimão A. Cumbane
comercial@revistaterra.
co.mz

Webdesign & Online:
Rui Baltazar
website:
www.revistaterra.co.mz
Twitter:
@revistaterramz

Edição Impressa:
Tiragem por demanda

Editorial

Um Quintal, Uma Horta: uma ideia que exige mais do que entusiasmo

A proposta presidencial de massificar o projecto “Um Quintal, Uma Horta” encerra méritos difíceis de contestar.

Num contexto de situações como aumento do custo de vida, insegurança e crescente preocupação com as alterações climáticas, incentivar a produção de alimentos junto das famílias parece uma resposta lógica e necessária. Contudo, entre a força do slogan e a realidade do terreno existe um conjunto de desafios que não deve ser ignorado.

Se bem que nos bairros da periferia das cidades o espaço não é problema, pois, a maioria das famílias dispõe de quintais capazes de acolher pequenas áreas produtivas, o mesmo não se pode dizer das zonas centrais.

Aqui, a situação é mais complexa, uma vez que uma parte significativa da população reside em edifícios de habitação colectiva, onde o conceito tradicional de quintal simplesmente não existe ou desapareceu engolido pelas garagens.

Esta realidade levanta uma questão fundamental: até que ponto esta nova narrativa responde à configuração actual e futura das cidades?

A experiência internacional mostra que a agricultura urbana bem-sucedida tende a diversificar modelos. Em cidades como Havana, Cuba, ou em diversos municípios brasileiros, a aposta não se limitou ao espaço doméstico, mas integrou hortas comunitárias, jardins produtivos em escolas, áreas públicas convertidas para produção alimentar e aproveitamento de coberturas de edifícios.

O foco deixou de ser apenas a unidade familiar para incluir a escala comunitária e urbana.

Os edifícios de habitação representam, por sua vez, um desafio próprio. Embora os terraços e varandas possam ser aproveitados para hortas verticais ou jardins produtivos, surgem questões relacionadas com a capacidade estrutural das construções, o consumo

de água, a manutenção dos espaços e a gestão colectiva dos recursos.

Uma horta num prédio exige níveis de organização que muitas vezes os condomínios já têm dificuldade em alcançar para tarefas mais básicas, como limpeza, segurança ou manutenção das áreas comuns.

Outro aspecto central é o saneamento.

A promoção da compostagem doméstica pode contribuir para reduzir o volume de resíduos sólidos enviados para as lixeiras municipais. No entanto, quando realizada sem orientação adequada, pode transformar-se numa fonte de maus odores, proliferação de insectos e atracção de roedores.

O mesmo se aplica ao armazenamento inadequado de água para irrigação, que pode favorecer a reprodução de mosquitos, particularmente preocupante num país onde doenças transmitidas por vectores continuam a representar um desafio de saúde pública.

Há ainda uma dimensão económica que merece reflexão. Produzir alimentos em pequena escala pode reduzir despesas familiares, mas dificilmente substitui os circuitos comerciais de abastecimento urbano.

A questão ambiental também exige uma abordagem equilibrada. É verdade que mais áreas verdes podem contribuir para reduzir ilhas de calor e melhorar a qualidade do ar. Porém, se a expansão das hortas ocorrer de forma desordenada, com uso excessivo de fertilizantes químicos ou ocupação de zonas de drenagem, os impactos podem ser contrários aos objectivos inicialmente definidos.

Comparando com outras abordagens urbanas, observa-se que algumas cidades têm apostado em programas integrados de agricultura urbana, articulando produção alimentar, gestão de resíduos, educação ambiental e ordenamento territorial.

Nesses casos, a horta não é vista como um fim em si mesmo, mas como parte de uma estratégia mais ampla de sustentabilidade urbana. Talvez seja essa a principal lição para Moçambique.

A massificação do projecto “Um Quintal, Uma Horta” pode representar uma oportunidade importante para fortalecer a segurança alimentar e promover uma cultura de sustentabilidade. Contudo, o sucesso da iniciativa dependerá menos do entusiasmo da narrativa e mais da capacidade de responder a questões estruturais: onde produzir, como produzir e como garantir que os benefícios se mantenham ao longo do tempo.

Em última análise, o verdadeiro desafio não está em criar hortas, mas em construir cidades capazes de integrar a produção alimentar, a gestão ambiental e a qualidade de vida num mesmo projecto de desenvolvimento urbano.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz

Nova rota para o sector agrário em consulta pública

O Governo está a finalizar a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2036) e o Programa de Desenvolvimento de Cadeias de Valor do Agronegócio (MozAgriBiz), instrumentos que deverão orientar a política agrária nacional nos próximos dez anos.



Segundo apurámos, os dois programas apostam no aumento da produção alimentar, na modernização da agricultura, no fortalecimento das cadeias de valor e na promoção de um sector agrário mais resiliente, competitivo e capaz de impulsionar a segurança alimentar, a geração de rendimento e a criação de emprego no país.

Os documentos, actualmente em fase de consulta pública, deverão estar concluídos, segundo previsão de fontes do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas, até ao último trimestre do ano em curso.

Produção orientada pela procura

Num breve resumo sobre a nova rota a ser seguida pelo sector, o Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas, Acubar Baptista, explicou à imprensa que o novo plano estratégico pretende introduzir “uma forma diferente de fazer”, centrada na produção orientada pela procura, no maior envolvimento do sector privado e no reforço da transparência.

Segundo salientou, a estratégia prioriza culturas da cesta básica, como arroz, milho, feijões e hortícolas, incluindo a batata-reno, consideradas essenciais para a diversificação alimentar e o reforço da segurança alimentar no país.

O plano contempla igualmente o fortalecimento da componente pecuária, com enfoque na produção de frango e ovos, na expansão da soja para o fabri-



co de rações destinadas à avicultura e à aquicultura, no desenvolvimento da piscicultura, bem como no incremento da produção de gado bovino e de pequenos ruminantes.

“O principal eixo é a procura. O segundo eixo é o sector privado. E o terceiro eixo é a transparência”, afirmou Acubar Baptista, sublinhando que estes elementos deverão marcar a diferença em relação às estratégias anteriores do sector.

O Governo considera que os novos instrumentos poderão criar bases para acelerar a produtividade agrícola, dinamizar o agronegócio e reduzir a dependência alimentar do país.

Para concretizar esta nova visão, o Executivo projecta um orçamento que admite ser “bastante ambicioso”, tendo já assegurado 500 milhões de dólares junto do Banco Mundial.

Elefantes impulsionam recuperação da fauna bravia em Moçambique

A população de elefantes em Moçambique atingiu cerca de 21.700 animais no mais recente Censo Nacional da Fauna Bravia, realizado em 2025, mais do dobro dos efectivos registados no levantamento anterior, efectuado em 2018.

Os resultados confirmam uma tendência de recuperação que as autoridades consideram um dos sinais mais encorajadores da conservação da biodiversidade no país.

O censo de 2025, considerado um dos mais abrangentes exercícios de monitoria da fauna bravia realizados em Moçambique, permitiu actualizar o estado das principais espécies de mamíferos de médio e grande porte, oferecendo uma radiografia da evolução dos efectivos animais ao longo dos últimos sete anos. Além do crescimento da população de elefantes, o levantamento revela uma redução significativa do número de carcaças encontradas nas áreas de conser-

vação, indicador geralmente associado à diminuição da caça furtiva e ao reforço das medidas de protecção da fauna.

O censo aponta igualmente para cenários de crescimento ou estabilidade populacional de várias espécies de mamíferos de médio e grande porte, reforçando a percepção de que os esforços de conservação têm produzido resultados em diferentes regiões do país.

Segundo as entidades responsáveis pelo sector, esta evolução resulta de um conjunto de intervenções desenvolvidas ao longo dos últimos anos, incluindo o fortalecimento da fiscalização nas áreas protegidas, o combate à caça furtiva, a participação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais, programas de geração de rendimento e iniciativas de reintrodução e repovoamento de espécies.

Entre os aspectos considerados mais relevantes do levantamento destaca-se a crescente concentração de elefantes no Sul do país, fenómeno associado à

influência das áreas de conservação transfronteiriças e à melhoria das condições de protecção dos habitats naquela região.

O relatório final salienta que apesar dos resultados positivos, persistem desafios para uma avaliação mais abrangente da fauna nacional.

Algumas áreas do norte do país não puderam ser integralmente cobertas durante o processo de recolha de dados devido a limitações operacionais e de segurança, factor que poderá influenciar a dimensão real de algumas populações animais, frisa o documento.

Para as autoridades e parceiros de conservação, os resultados do censo demonstram que a recuperação da fauna bravia depende não apenas da protecção dos animais, mas também da capacidade de envolver comunidades, sector privado e organizações de conservação numa gestão sustentável dos ecossistemas.



Governo projecta investir 600 mil dólares para reforçar produção de vacinas veterinárias

O Governo vai investir cerca de 600 mil dólares norte-americanos no reforço da cadeia nacional de produção de vacinas veterinárias, com destaque para as doenças bovinas, visando assegurar maior autonomia do país em termos de insumos para a sanidade animal.

O anúncio foi feito recentemente pelo Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Mito Albino, durante a Reunião Nacional de Sanidade Animal, realizada na cidade de Maputo.

Segundo o governante, os recursos serão aplicados no fortalecimento da Direcção de Ciências Animais (DCA), instituição responsável pela investigação e produção de imunobiológicos veterinários, com vista a reduzir a dependência de importações e aumentar a capacidade nacional de prevenção e controlo de doenças animais, com destaque para os carbúnculos.

“O fortalecimento da DCA para a produção local de vacinas contra o carbúnculo hemático e o carbúnculo sintomático é crucial para a sanidade animal e para a soberania nacional”, afirmou.

O investimento surge numa altura em que o país procura recuperar a capacidade de produção de vacinas para bovinos, interrompida no ano passado devido, segundo fontes oficiais, a constrangimentos financeiros.

A situação obrigou o Estado a recorrer a financiamento externo para garantir a disponibilidade de vacinas destinadas à actual cam-

pa de vacinação do efectivo bovino.

As previsões da DCA apontam para a retoma da produção em Agosto próximo, com metas estabelecidas para o fabrico de mais de dois milhões de doses de vacinas contra o carbúnculo hemático e 910.766 doses contra o carbúnculo sintomático, duas das principais doenças que preocupam o sector pecuário nacional.

Apesar da interrupção da produção destinada ao gado bovino, o país manteve a produção de vacinas para o sector aviário. Para o presente ano, estão planificadas mais de 47 milhões de doses da vacina contra a doença de Newcastle, parte das quais já foi entregue para a campanha de vacinação em curso.

O investimento enquadra-se nos esforços do Executivo para modernizar os serviços veterinários, reforçar a capacidade de resposta às doenças que afectam o efectivo pecuário e garantir maior autonomia do país na produção de vacinas veterinárias.

Com uma tradição de produção de imunobiológicos que remonta a várias décadas, a Direcção de Ciências Animais é considerada uma das principais infra-estruturas nacionais de apoio à sanidade animal, desempenhando um papel determinante na prevenção de surtos e na protecção dos meios de subsistência de milhares de produtores rurais.



RÁDIO +AGRO

Conectando a Terra e o Meio Ambiente

sintonize-nos online em:

 <https://maisagro.revistaterraonline.com>



sintonize-nos e seja
actor activo
no **desenvolvimento**
agro-ambiental do país.



INFORMAÇÃO
DE QUALIDADE



EDUCAÇÃO
AGRO-AMBIENTAL



PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS



COMUNIDADE
E PARTICIPAÇÃO



Pecuária em Magude: sobreviver ao ritmo da natureza

Quando Azar Salvador Nuvunga olha para as extensas pastagens da localidade de Matchabe, no distrito de Magude, não vê apenas terra e capim. Vê também as memórias dos anos em que a seca transformou o verde em poeira e levou consigo parte do gado que sustentava famílias inteiras.

Uma década depois, o cenário é diferente, mas a incerteza permanece. Se antes o receio era a falta de chuva, agora são as cheias e as doenças associadas que ameaçam os animais. Entre um extremo e outro, os criadores de Magude continuam a viver ao ritmo da natureza. No maior centro de criação de gado bovino da província de Maputo, a pecuária continua a ser um dos principais meios de subsistência e uma importante reserva de riqueza para milhares de famílias. Mas é também uma actividade cada vez mais exposta às mudanças climáticas, às doenças e à dependência de apoios públicos para garantir a sanidade animal.

Enquanto o distrito procura recuperar das cheias que, na primeira metade da época chuvosa 2025/26, deixaram marcas profundas no sector pecuário, as autoridades meteorológicas lançam um novo alerta sobre a possibilidade de mais uma fase climática extrema.

Tal como aconteceu há cerca de três anos em vários distritos nacionais, o país volta a estar sob ameaça do fenómeno El Niño que, segundo previsões, poderá ser mais intenso do que os anteriores.

O que está por vir ainda é uma incógnita. Mas Nuvunga não esquece o que aconteceu entre 2015 e 2016, quando Magude enfrentou uma das secas mais severas da sua história recente.

“Nos anos de 2015 e 2016 perdemos muito gado por causa da seca”, recordou.

“Alguns colegas criadores tiveram de deslocar o seu gado de Magude para zonas costeiras como Manhica e Macia (cerca de 50 km), e só assim conseguiram salvar as suas manadas”, explicou.

Numa região com cerca de seis mil pecuaristas, maioritariamente do sector familiar, e pouco mais de 100 mil bovinos, a dependência das condições naturais continua a ser uma realidade incontornável.

Nuvunga alerta que, caso as previsões se confirmem e o distrito seja novamente afectado pela seca, o futuro da actividade poderá voltar a ficar comprometido.

“Quase 99% dos criadores dependem do pasto local para alimentar

o gado. Existem alguns mais fortes, que têm condições para fornecer outro tipo de alimentação, como rações e melaço, mas são muito poucos”, referiu.

Viver entre extremos

As mudanças climáticas há muito deixaram de ser uma ameaça distante para os produtores de Magude. Se há uma década o principal desafio era a seca, hoje as comunidades ainda recuperam dos efeitos de um fenómeno oposto.

A primeira metade da época chuvosa trouxe precipitações intensas e, até finais de Maio, muitas comunidades continuavam a exibir marcas visíveis das inundações. Com a água chegaram também as doenças e, em muitos casos, a morte de animais.

“Perdemos cerca de 400 cabeças de gado como resultado das chuvas e das doenças associadas”, contou um membro da associação local de pecuaristas à Revista Terra.

Para muitas famílias, a perda de um animal vai muito além do valor comercial. O gado representa poupança, segurança financeira e, frequentemente, o património acumulado ao longo de gerações.

O carbúnculo hemático e sintomático, a febre aftosa, a dermatite nodular e a febre do Vale do Rift figuram

entre as doenças mais frequentes na região. Quando os surtos surgem, o impacto ultrapassa os currais e atinge directamente a economia doméstica.

Enoque Mundlovu conhece essa realidade de perto. Pecuárta do povoado de Chivonguene, no posto administrativo de Panjane, viu desaparecer parte significativa da sua manada nos últimos anos.

“Perdi mais de 60 bovinos, entre adultos e bezerras, como resultado de doenças”, contou, ainda marcado pelas perdas.

Por detrás dos números estão anos de investimento, cuidados diários e expectativas de rendimento que se dissipam sempre que um surto atinge os currais.

Apesar das dificuldades, os criadores continuam a apostar na actividade. Para muitos, trata-se de uma herança familiar transmitida de geração em geração. Para outros, é também uma paixão.

No meio dos extremos climáticos e dos surtos recorrentes, os produtores dizem que permanecer na actividade exige resiliência, mas insistem que a pecuária continua a ser compensadora nos períodos favoráveis.



Bovinos numa área de pastagem na localidade de Chivonguene



Vacinação de bovinos no distrito de Magude (foto: Cortesia MAAAP)

Acesso às vacinas

Num contexto em que a sanidade animal pode determinar a sobrevivência ou não de uma manada, o acesso a vacinas e medicamentos torna-se uma preocupação permanente.

Tal como acontece em muitos distritos do país, a pecuária familiar em Magude continua fortemente dependente da intervenção do Estado.

Das vacinas aos banhos carricidas, grande parte da cadeia de sanidade animal assenta no investimento público, num ciclo que permanece praticamente inalterado.

Actualmente decorre, até meados de Julho, a campanha nacional de vacinação animal, que prevê abranger cerca de 2,4 milhões de bovinos, correspondentes a 95% do efectivo pecuário nacional elegível para imunização. A iniciativa custa ao Estado e parceiros, aproximadamente 500 milhões de meticais.

Entre os produtores, há quem considere que parte deste esforço poderia ser reduzida caso o país dispusesse de uma produção local de vacinas veterinárias e de medicamentos a preços mais acessíveis.

“Um dos principais problemas é que os medicamentos são escassos, o que faz com que os preços sejam elevados. Se houvesse produção local de vacinas, acredito que os cus-

tos seriam mais acessíveis e muitos produtores poderiam adquiri-las com os seus próprios recursos, sem depender das campanhas do Governo”, avaliou Rui Machava.

Com cerca de 200 bovinos, Machava é um dos maiores pecuaristas da localidade de Moine. Sempre que consegue, recorre aos seus próprios meios para assegurar cuidados básicos de sanidade animal.

“Consigo vender alguns animais e comprar uma pequena quantidade de vacinas enquanto espero pela campanha. Mas, se os preços fossem mais acessíveis, acredito que muitos de nós não dependeríamos tanto da intervenção do Estado”, afirmou.

O calendário da discórdia

Entre os vários desafios apontados pelos produtores surge também o calendário nacional de vacinação.

Os pecuaristas associam a maior incidência de doenças e a mortalidade animal à época chuvosa e defendem que a imunização deveria ocorrer mais cedo, antes do período considerado mais crítico.

“O problema é que a vacina chega quando muitos animais já estão doentes. Gostaríamos que a vacinação fosse realizada entre Janeiro e Março. Assim, poderíamos enfrentar a época chuvosa com menos dificuldades”, disse um dos membros

da associação de pecuaristas.

O director nacional de Pecuária, Rafael José Escrivão, reagindo a propósito da posição da comunidade, desdramatizou a situação defendendo que o mês de Abril continua a ser adequado para a vacinação.

Entre a ameaça de novas secas, as marcas ainda visíveis das cheias e a persistência das doenças, os criadores de Magude continuam a depender da sua capacidade de adaptação. Num território onde o gado representa património, rendimento e, muitas vezes, o legado de várias gerações, cada estação do ano é encarada com expectativa e apreensão.

Enquanto os meteorologistas observam os sinais do próximo ciclo climático, milhares de pecuaristas continuam a olhar para o céu à espera de um equilíbrio cada vez mais difícil de encontrar.



Rui Machava - pecuarista em Magude

Nossos Serviços na Área de Construção

ROTUNDA

PLANT HIRE

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplanthire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplanthire.co.za>



O que a agricultura de Moçambique pode aprender com a Amazónia?

KIM CRUZ

Gestor, com interesses em Relações Internacionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Em memória de Amade Camal, que partilhava o mesmo sonho.

Em 2024, viajei para uma região de que nunca tinha ouvido falar: Tomé-Açu, um pequeno município no Estado do Pará, no norte do Brasil, a poucas horas de Belém, em plena Amazónia brasileira.

O objetivo era simples: visitar uma fábrica de processamento de frutas, com especialidade na produção de sorvetes e polpas para sumos. A ideia era percebermos, in loco, o que seria necessário em termos de infraestrutura para replicarmos, ou pelo menos aprendermos, para um projecto de processamento de frutas em Muxúngue, uma região conhecida em Moçambique por produzir enormes quantidades de ananás, cuja maior parte da produção acaba por se perder pela inexistência de uma cadeia de valor de preservação e transformação da mesma.

De facto, visitámos a fábrica e ficámos impressionados pela qualidade da infraestrutura, pelos frigoríficos ultracongelantes e pela qualidade dos produtos finais. Impressionante, mas muito acima do que tínhamos capacidade de implementar, do ponto de vista financeiro e técnico.

Mas, se esse era o objectivo principal, rapidamente a minha atenção desviou-se para a história daquela região e, em particular, para como uma crise gerada pela monocultura da pimenta-do-reino levou os agricultores, organizados através de uma cooperativa denominada CAMTA, a desenvolverem um inovador sistema agrário denominado SAFTA — hoje reconhecido em fóruns internacionais como um dos exemplos mais consistentes de agricultura sustentável.

Para compreender essa história, fui visitar o Museu da Imigração Japonesa, onde fiz uma viagem no tempo até ao

ano de 1929, altura em que chegaram, através de uma embarcação precária, os primeiros imigrantes, que saíram do Japão num período de crise económica e social, marcado também por forte pressão demográfica, com o objectivo de colonizar essa zona isolada da Amazónia brasileira através do cultivo do cacau, de hortaliças e do arroz.

A floresta, no entanto, rapidamente mostrou que não seria um território fácil. O isolamento, as doenças tropicais, a falta de infraestrutura e o fracasso dos primeiros cultivos impuseram anos de pobreza extrema. Muitas famílias abandonaram a região em busca de melhores condições noutras cidades do Brasil.

Foi nesse contexto que surgiu a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, a CAMTA. Mais do que uma simples organização económica, tornou-se uma estrutura de sobrevivência colectiva. Num território difícil, onde cada produtor isolado teria pouca capacidade de resistir, a cooperativa permitiu organizar a produção, partilhar conhecimento, negociar melhor e construir uma base comum de adaptação à realidade amazónica.

Esta base organizativa permitiu que essa comunidade prosperasse mais tarde, com o plantio da pimenta-do-reino, que, após a Segunda Guerra Mundial, transformou Tomé-Açu num importante polo de produção e exportação. A pimenta passou a ser conhecida como

o “diamante negro” e trouxe riqueza à região.

Porém, 30 anos mais tarde, na década de 60, o sucesso da pimenta-do-reino convergiu a produção numa monocultura, que levou ao aparecimento de uma doença denominada fusariose, que dizimou os plantios e expôs os riscos da dependência de um único produto. A fusariose não destruiu apenas a cultura. Destruiu o modelo. E foi precisamente nesse momento de crise que a CAMTA se tornou decisiva.

O que salvou Tomé-Açu não foi um produto — foi uma estrutura

A resposta a esta grave crise não veio de uma nova cultura milagrosa, mas do entendimento de que era necessário introduzir um novo modelo de organização da produção. A partir da década de 70, os agricultores começaram a combinar espécies frutíferas, florestais e agrícolas numa mesma área, recuperando os solos, diversificando rendimentos e, naturalmente, reduzindo a dependência de uma só cultura.

Esse movimento foi também incentivado pelas políticas de protecção da floresta amazónica, que impossibilitaram o avanço dos campos agrícolas para dentro da floresta, tal como era prática.

A floresta deixou de ser vista apenas como um obstáculo à produção e passou a ser uma fonte de inspiração para a emergência do Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu, o SAFTA

Na teoria, é difícil entender esse conceito. Tal como muitos moçambicanos, a minha principal referência de uma agricultura industrializada eram os campos extremamente organizados, com sistemas de rega impecáveis, que víamos no caminho entre Ressano Garcia e Nelspruit. Linhas perfeitas, máquinas, pivôs de irrigação, talhões simétricos. Era essa, para mim, a imagem de uma agricultura moderna.

Mas, quando tive a oportunidade de visitar um dos campos de Tomé-Açu, o que vi foi o contrário dessa imagem: uma floresta que era também uma farm. À primeira vista, parecia quase desorganizada. Havia árvores de diferentes alturas, plantas em diferentes fases de crescimento, sombras, folhas secas no chão, caminhos estreitos e uma mistura de culturas que não obedecia à lógica visual dos campos agrícolas convencionais.

Só depois se percebe que aquela aparente desordem obedece a uma lógica muito precisa. No SAFTA, diferentes culturas são plantadas na mesma área, mas com funções e tempos diferentes. Algumas culturas têm ciclos curtos e geram rendimento mais rápido. Outras, como o cacau, o açaí, o cupuaçu ou a pimenta-do-reino, têm ciclos mais longos e sustentam a produção ao longo dos anos. E há ainda espécies florestais, incluindo árvores de maior porte, que podem ter um horizonte de 20 ou 30 anos, seja pela madeira, pela sombra, pela protecção do solo ou pelo equilíbrio ecológico que introduzem no sistema.

As árvores maiores criam um microclima. Protegem as plantas menores e mais frágeis do excesso de sol, do vento e das intempéries. Os galhos, as folhas e os restos orgânicos que caem no chão transformam-se em matéria orgânica e

funcionam como uma espécie de adubo natural. As raízes ajudam a estruturar o solo, a conservar humidade e a manter viva a biodiversidade que sustenta a própria produção.

O que parecia acaso era, afinal, planeamento. O que parecia floresta era também uma unidade produtiva

E o que parecia ausência de ordem era, na verdade, uma organização mais sofisticada do que aquela que eu estava habituado a reconhecer. Porque ali a produtividade não dependia de dominar a natureza, mas de compreender os seus ciclos e trabalhar com eles.

Talvez tenha sido essa a imagem mais forte da visita: perceber que uma plantação podia parecer floresta e, ainda assim, ser profundamente económica. Não uma sucessão de campanhas agrícolas, mas uma arquitectura produtiva de longo prazo — onde cada cultura tem o seu tempo, a sua função e o seu lugar. * * *

Como não podia deixar de ser, foi aí que os meus pensamentos regressaram a casa: ao sonho de um Moçambique capaz de se industrializar do ponto de vista agrícola, e à forma como esta rica experiência poderia ajudar-nos.

Por um lado, a fábrica que vi remetia-me aos agricultores de Muxúngue — e a tantos outros ao longo do país — que produzem quantidades enormes de um ananás doce e magnífico, mas continuam presos na armadilha da pobreza. A mesma que os pioneiros japoneses tinham sido capazes de ultrapassar. Esse ananás acaba por ser vendido a um preço irrisório ou simplesmente por apodrecer, por falta de capacidade de escoamento e processamento que permita agregar valor e aumentar o tempo de conservação.

Por outro lado, o SAFTA levou também os meus pensamentos para os produtores da Zambézia, que perderam hectares e hectares de coqueiros devido ao amarelecimento letal, uma doença que devastou uma das culturas mais importantes da província. Ali, como em Tomé-Açu, a dependência de uma cultura dominante mostrou a fragilidade de todo um sistema produtivo. Quando o coqueiro adoeceu, não foi apenas uma árvore que se perdeu. Perdeu-se rendi-

mento, emprego, indústria local e parte da base económica de comunidades inteiras.

Foi nesse contraste que a experiência de Tomé-Açu se tornou mais forte para mim. A fábrica mostrava a importância de transformar a produção local. O SAFTA mostrava a importância de não depender de uma só cultura. Juntos, apontavam para uma mesma lição:

O que parecia acaso era, afinal, planeamento. O que parecia floresta era também uma unidade produtiva

O elemento agregador de tudo isto era a CAMTA. A CAMTA não é apenas uma formalidade jurídica ou um estatuto, como acontece com muitas das nossas associações. É uma organização com vida interna real. Os seus membros participam activamente, respeitam regras comuns, cumprem mínimos de produção, elegem regularmente os seus representantes e reconhecem a cooperativa como uma estrutura legítima de decisão, negociação e representação.

Essa vida interna é talvez uma das maiores lições de Tomé-Açu. A CAMTA não se limitou a juntar agricultores no papel. Construiu confiança, disciplina colectiva e credibilidade externa. Foi essa credibilidade que lhe permitiu tornar-se uma verdadeira interface entre os produtores, o mercado, as instituições e os financiadores. A instalação da agroindústria de polpas de frutas, em 1987, com apoio financeiro do Governo Japonês, não aconteceu por acaso. A fábrica, os frigoríficos e a capacidade de processamento só foram possíveis porque existia, por trás, uma organização transparente, enraizada e capaz de unir a força de muitos pequenos agricultores numa estrutura comum.

É aqui que a experiência de Tomé-Açu dialoga directamente com Moçambique. Temos políticas agrícolas, planos estratégicos e capacidade produtiva, ainda que muitas vezes artesanal. Produzimos, em várias regiões, mais do que conseguimos escoar. Muita fruta apodrece ou perde valor antes de chegar ao mercado. O que falta, muitas vezes, não é apenas produção. Falta uma organização aglutinadora, capaz de unir agricultores numa voz comum, ordenar a produção, negociar melhor, atrair fi-

nanciamento, ligar o campo à indústria e criar confiança entre produtores, compradores e instituições.

Mas essa organização não pode ser apenas administrativa. Tem de ter vida interna. Tem de pensar, reflectir, aprender e adaptar-se. Tem de integrar práticas locais, tradições, conhecimento empírico e formas próprias de lidar com o solo, a água, a floresta e o clima. E tem de transformar tudo isso em inovação.

Quando se fala de inovação agrícola, pensa-se quase sempre em drones, fertilizantes sofisticados, sensores, inteligência artificial ou grandes sistemas mecanizados. Tudo isso pode ser importante. Mas a experiência de Tomé-Açu mostra que a inovação também pode nascer do convívio profundo com a realidade local. Pode nascer da observação da floresta, da leitura dos ciclos climáticos, da experiência acumulada dos agricultores e da capacidade de organizar esse conhecimento num sistema produtivo mais inteligente.

O que Moçambique precisa não é de copiar o SAFTA nem a CAMTA. O que precisamos é de aprender com essa história e criar o nosso próprio modelo — enraizado na nossa realidade, nas nossas comunidades, nos nossos produtos, nas nossas florestas, nos nossos riscos e nas nossas possibilidades.

Os primeiros imigrantes japoneses chegaram a Tomé-Açu sem língua, sem capital e sem conhecimento daquele território. Construíram uma cooperativa, sobreviveram a uma crise e criaram um modelo que hoje o mundo estuda. Se eles conseguiram, a pergunta para Moçambique não é se pode. É quando começa — e se está disposto a construir as instituições, a disciplina colectiva e a visão de longo prazo que permitam transformar produção em valor, sem transformar desenvolvimento em destruição.

Modelos não se importam como máquinas

Agradecimentos: À CAMTA — Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu — pela hospitalidade e generosidade no acolhimento desta visita. Um agradecimento especial a Alberto Ke Iti Oppata, Dinaldo Santos e Edmundo Masato Watana-be, que partilharam o seu conhecimento e a sua história.



Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração iluminação para interiores, Tudo de
colecções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contacto

- +72 (82) 966 1652
- +27 (83) 577 6398
- sales@rotundaplantire.co.za
- Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA
- <http://www.rotundaplantire.co.za>



Transformação Digital, Inclusão Financeira e Acesso ao Crédito Agrícola em Moçambique: Evidências do Uso da Plataforma Business Solutions no Distrito de Gurúè *

Resumo

A inclusão financeira no sector agrícola em África Subsaariana continua limitada por constrangimentos estruturais, particularmente entre pequenos agricultores. Este estudo analisa o impacto da plataforma digital Business Solutions na organização de dados produtivos e no acesso ao crédito agrícola no distrito de Gurúè, Moçambique. A investigação adopta uma abordagem mista, combinando estatística descritiva, análise inferencial e interpretação qualitativa. Os resultados indicam que 91,1% dos utilizadores da plataforma obtiveram crédito, enquanto 84,7% reportaram melhoria significativa no acesso ao financiamento. Contudo, não foi identificada associação estatisticamente significativa entre o uso da plataforma e a aprovação do crédito ($p = 0,907$), sugerindo que factores estruturais, como exigência de garantias e rigidez institucional, continuam determinantes. Conclui-se que, embora as plataformas digitais melhorem a organização da informação e a transparência, o seu impacto na inclusão financeira depende de reformas institucionais, capacitação e melhoria da infraestrutura digital.

Palavras-chave

Inclusão financeira; Agricultura; Crédito agrícola; Transformação digital; Plataformas digitais

1. Introdução

A agricultura constitui um dos pilares fundamentais da economia moçambicana, sendo responsável pela subsistência da maioria da população rural. Apesar da sua relevância económica e social, o acesso ao crédito agrícola formal permanece limitado, sobretudo para pequenos produtores. Diversos factores explicam esta limitação, incluindo a ausência de garantias reais, fraca organização de dados financeiros e produtivos, e reduzida integração dos agricultores no sistema financeiro formal. Neste contexto, a transformação digital tem emergido como uma solução promissora para reduzir assimetrias de informação e facilitar o acesso a serviços financeiros. Segundo o World Bank (2017), as tecnologias digitais têm potencial para melhorar a produtividade agrícola e ampliar o acesso a serviços financeiros. Contudo, a evidência em-

pírica sobre o impacto destas soluções em contextos de baixa renda, como Moçambique, ainda é limitada.

Este estudo pretende preencher esta lacuna, analisando o impacto da plataforma Business Solutions na inclusão financeira e no acesso ao crédito agrícola no distrito de Gurúè.

2. Revisão da Literatura

A literatura internacional destaca o papel das tecnologias digitais na promoção da inclusão financeira, ao permitir maior transparência, redução de custos de transação e melhor avaliação do risco de crédito (IFC, 2018; IFAD, 2018). Estudos empíricos, como o de Karlan et al. (2014), demonstram que a redução das restrições de crédito contribui significativamente para o aumento do investimento agrícola. De forma semelhante, Mukaila (2024) evidencia que o microcrédito digital tem impacto positivo na produtividade e rendimento dos agricultores.

No entanto, abordagens críticas recentes alertam que a digitalização não elimina automaticamente as barreiras estruturais. Yue et al. (2022) argumentam que os sistemas financeiros digitais podem reproduzir desigualdades existentes caso não sejam acompanhados por reformas institucionais e capacitação adequada. Este estudo contribui para este debate ao fornecer evidência empírica no contexto moçambicano, caracterizado por limitações estruturais persistentes.

3. Metodologia

A investigação adopta uma abordagem mista, combinando:

- análise estatística descritiva
- teste de qui-quadrado de Pearson
- análise qualitativa de entrevistas

A amostra é composta por agricultores familiares e representantes de instituições financeiras no distrito de Gurúè, permitindo uma análise integrada das dimensões tecnológica, financeira e institucional.

4. Resultados

4.1 Caracterização Socioeconómica

Os resultados indicam baixos níveis de escolaridade (72% com ensino primário

e 10% sem escolaridade), contrastando com elevada experiência agrícola (55% com mais de 10 anos). Este cenário evidencia um desfasamento entre conhecimento prático e literacia digital e financeira.

4.2 Utilização da Plataforma

A plataforma é predominantemente utilizada para: A análise dos padrões de utilização da plataforma Business Solutions revela uma adoção assimétrica das suas funcionalidades, com forte concentração nas dimensões produtivas e uma utilização residual nos módulos de gestão financeira. Especificamente, os dados indicam que a plataforma é maioritariamente utilizada para o registo da produção (70,1%) e para o planeamento agrícola (20,8%), enquanto as funcionalidades relacionadas com a gestão económica apresentam níveis significativamente reduzidos de utilização, nomeadamente no registo de receitas (5,2%) e custos (3,9%).

Este padrão evidencia que a digitalização, neste contexto, está a ser apropriada sobretudo como uma ferramenta operacional, orientada para o apoio às atividades produtivas, e não como um instrumento estratégico de gestão financeira. Em termos práticos, os agricultores tendem a utilizar a plataforma como um “caderno digital melhorado”, facilitando o registo e organização da produção, mas sem explorar plenamente o seu potencial para análise económica, controlo financeiro e tomada de decisão baseada em dados.

Uma possível explicação para esta assimetria reside nos baixos níveis de literacia financeira e digital observados na amostra, bem como na natureza das necessidades imediatas dos agricultores. Em contextos de subsistência ou de baixa escala produtiva, a prioridade tende a centrar-se na maximização da produção e na gestão operacional das culturas, relegando para segundo plano a formalização de registos financeiros estruturados. Adicionalmente, a complexidade percebida das funcionalidades financeiras pode constituir uma barreira à sua adoção, sobretudo quando não acompanhada por formação adequada. Outro fator relevante está relacionado com os incentivos institucionais. A limi-

tada utilização das funcionalidades de gestão financeira pode refletir a ausência de uma ligação direta entre os dados inseridos na plataforma e os processos formais de avaliação de crédito por parte das instituições financeiras. Quando os agricultores não percebem benefícios concretos — como maior probabilidade de acesso ao financiamento — decorrentes do registo de receitas e custos, a motivação para utilizar estas funcionalidades tende a ser reduzida.

Este comportamento tem implicações importantes para a eficácia da plataforma enquanto instrumento de inclusão financeira. A ausência de dados financeiros estruturados limita a capacidade dos agricultores de demonstrar a viabilidade económica das suas atividades, reduzindo o valor da informação digital como suporte à análise de risco por parte das instituições financeiras. Consequentemente, a plataforma não atinge plenamente o seu potencial como mecanismo de redução de assimetrias de informação no mercado de crédito agrícola.

Do ponto de vista analítico, estes resultados sugerem que a transformação digital no sector agrícola segue uma trajetória faseada, em que a adoção inicial se concentra nas funções mais intuitivas e diretamente ligadas à produção, evoluindo apenas posteriormente para dimensões mais complexas, como a gestão financeira. No entanto, sem intervenções deliberadas, nomeadamente capacitação orientada, simplificação das interfaces financeiras e integração com sistemas de crédito, esta transição pode permanecer incompleta.

Assim, a evidência empírica aponta para a necessidade de reconfigurar a abordagem à digitalização agrícola, passando de uma lógica centrada na recolha de dados produtivos para um modelo integrado que promova a utilização efetiva da informação para fins económicos e financeiros. Tal transformação é fundamental para que plataformas como a Business Solutions possam desempenhar um papel mais decisivo na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento dos sistemas agrícolas em contextos de baixa renda.

4.3 Acesso ao Crédito

- 91,1% dos utilizadores obtiveram crédito

- 84,7% reportaram melhoria no acesso

Entretanto: não há associação estatística significativa ($p = 0,907$)

Principais constrangimentos:

A. acesso limitado à internet (61,86%)

B. exigência de garantias (63,92%)

C. falta de documentação (35,05%)

A análise dos dados evidencia que, apesar do potencial das plataformas digitais para promover a inclusão financeira, persistem constrangimentos estruturais significativos que limitam o seu impacto efetivo no acesso ao crédito agrícola. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se o acesso limitado à internet (61,86%), a exigência de garantias por parte das instituições financeiras (63,92%) e a insuficiência de documentação formal por parte dos agricultores (35,05%).

O acesso limitado à internet constitui uma barreira fundamental à plena utilização da plataforma, refletindo desigualdades infraestruturais típicas de contextos rurais em países em desenvolvimento. A dependência de conectividade para o funcionamento eficaz de soluções digitais implica que uma parcela significativa dos agricultores permanece parcialmente excluída ou utiliza a plataforma de forma intermitente e incompleta. Este constrangimento compromete não apenas a frequência de uso, mas também a qualidade e consistência dos dados registados, reduzindo o seu valor para fins de análise financeira e tomada de decisão.

- Por outro lado, a exigência de garantias emerge como o principal entrave ao acesso ao crédito, evidenciando a rigidez dos modelos tradicionais de financiamento agrícola. Mesmo na presença de dados digitais organizados, as instituições financeiras continuam a privilegiar colaterais físicos, como terra, equipamentos ou outros ativos tangíveis, como principal critério de mitigação de risco. Este facto revela uma desconexão entre a crescente disponibilidade de informação digital e a sua efetiva utilização nos processos de avaliação de crédito, limitando o papel das plataformas digitais como instrumentos de inclusão financeira.

- A falta de documentação formal, reportada por 35,05% dos inquiridos, reforça esta exclusão estrutural. A ausência de registos legais, identificação adequada ou documentação económica organizada dificulta a integração dos agricultores no sistema financeiro formal, independentemente do uso de tecnologias digitais. Este fator está frequentemente associado à informalidade predominante no sector agrícola, criando um ciclo de exclusão em que os produtores permanecem fora dos mecanismos formais de financiamento.

- A interação entre estas barreiras sugere que os desafios enfrentados são de natureza sistémica e interdependente. A limitação de acesso à internet restringe o uso pleno da plataforma; a baixa utilização de funcionalidades financeiras

reduz a produção de dados relevantes; e, simultaneamente, as exigências institucionais e a falta de documentação impedem que os dados disponíveis sejam reconhecidos como substitutos válidos de garantias tradicionais.

- Estes resultados reforçam a ideia de que a transformação digital, isoladamente, é insuficiente para promover inclusão financeira em contextos caracterizados por fragilidades estruturais. A eficácia de soluções digitais depende da existência de um ambiente institucional favorável, que inclua reformas nos modelos de avaliação de crédito, investimento em infraestrutura digital e programas de formalização e capacitação dos agricultores.

- Deste modo, as barreiras identificadas não devem ser interpretadas apenas como limitações operacionais, mas como manifestações de desafios estruturais mais amplos que exigem respostas coordenadas ao nível das políticas públicas, das instituições financeiras e dos próprios sistemas tecnológicos. Sem esta abordagem integrada, o potencial transformador das plataformas digitais tenderá a permanecer subaproveitado.

4.5 Impacto Percebido

- 81% indicam melhoria no bem-estar
- principal benefício: acesso a mercados

5. Discussão

Os resultados revelam um paradoxo central:

As plataformas digitais aumentam a visibilidade da informação, mas não alteram significativamente os critérios estruturais de acesso ao crédito.

A ausência de associação estatística entre o uso da plataforma e a aprovação do crédito sugere que o sistema financeiro continua fortemente baseado em garantias e critérios tradicionais.

Adicionalmente, a subutilização das funcionalidades financeiras indica uma adoção parcial da tecnologia, centrada na produção e não na gestão económica.

Isto reforça a ideia de que a transformação digital, por si só, não é suficiente para promover inclusão financeira.

Os resultados deste estudo revelam uma dinâmica complexa entre digitalização, inclusão financeira e estruturas institucionais no contexto agrícola moçambicano. Embora a plataforma Business Solutions demonstre elevado potencial na organização da informação produtiva e na melhoria percebida do acesso ao crédito, a ausência de associação estatisticamente significativa entre o uso da plataforma e a aprovação de financiamento ($p = 0,907$) evidencia

a persistência de constrangimentos estruturais que limitam o impacto transformador das tecnologias digitais.

Este aparente paradoxo, elevado acesso ao crédito entre utilizadores (91,1%) coexistindo com ausência de relação estatística — sugere que a aprovação do crédito não é determinada, de forma direta, pelo uso da plataforma digital. Em vez disso, indica que outros fatores continuam a desempenhar um papel predominante, nomeadamente a exigência de garantias reais, o histórico de relacionamento com instituições financeiras e mecanismos informais de confiança. Assim, a digitalização, embora relevante, não substitui os critérios tradicionais de avaliação de risco, mas atua de forma complementar e ainda marginal no processo decisório.

Adicionalmente, os resultados sobre o padrão de utilização da plataforma oferecem uma explicação importante para este fenómeno. A predominância do uso para registo da produção (70,1%) e planeamento agrícola (20,8%), em contraste com a baixa utilização para gestão financeira — receitas (5,2%) e custos (3,9%) — indica uma adoção funcionalmente limitada da tecnologia.

Este padrão sugere que os agricultores utilizam a plataforma essencialmente como uma ferramenta operacional, e não como um instrumento estratégico de gestão económica. Consequentemente, a informação gerada não é plenamente estruturada para responder às exigências do sistema financeiro formal, reduzindo o seu potencial como base para avaliação de crédito.

Este resultado está em consonância com abordagens críticas recentes que argumentam que a digitalização, por si só, não elimina desigualdades estruturais, podendo inclusive reproduzi-las quando não acompanhada por reformas institucionais e capacitação adequada. No caso em análise, fatores como acesso

limitado à internet, baixa literacia digital e financeira, e rigidez dos critérios bancários continuam a restringir a efetiva inclusão financeira.

Importa destacar que a melhoria percebida no acesso ao crédito (84,7%) e no bem-estar (81%) sugere que a plataforma exerce efeitos indiretos relevantes, nomeadamente ao nível da organização produtiva, acesso a mercados e aumento da confiança dos agricultores. Estes efeitos, embora não captados pela análise estatística inferencial no que diz respeito à aprovação de crédito, são consistentes com a literatura que associa a digitalização à melhoria da eficiência produtiva e à redução de assimetrias de informação.

Deste modo, os resultados reforçam a necessidade de enquadrar a transformação digital num ecossistema mais amplo, em que tecnologia, instituições e capacidades humanas evoluam de forma integrada. A eficácia de plataformas digitais como a Business Solutions depende não apenas da sua adoção, mas da sua articulação com modelos de crédito inovadores, baseados em dados, bem como de investimentos em capacitação financeira e infraestrutura digital. Em termos teóricos, o estudo sugere que o acesso ao crédito agrícola em contextos de baixa renda pode ser melhor compreendido como uma função multidimensional, na qual variáveis como garantias, histórico institucional, dados digitais e contexto socioeconómico interagem de forma complexa. Neste quadro, a tecnologia assume um papel facilitador, mas não determinante, desafiando narrativas simplistas sobre o potencial transformador da digitalização.

Por fim, este estudo contribui para o debate sobre inclusão financeira ao demonstrar que intervenções tecnológicas isoladas tendem a produzir impactos limitados quando não acompanhadas por

reformas estruturais. Assim, políticas públicas orientadas para a promoção da inclusão financeira no sector agrícola devem adotar uma abordagem sistémica, combinando inovação digital com mudanças institucionais e investimento em capital humano.

6. Implicações para Políticas Públicas

O estudo aponta três direções estratégicas:

1. Reforma Institucional

Adopção de modelos de crédito baseados em dados e não exclusivamente em garantias.

2. Capacitação Financeira

Formação orientada para gestão de custos, receitas e tomada de decisão.

3. Infraestrutura Digital

Expansão do acesso à internet nas zonas rurais.

7. Conclusão

A plataforma Business Solutions demonstra elevado potencial para melhorar a organização de dados agrícolas e facilitar a inclusão financeira. Contudo, o seu impacto permanece condicionado por barreiras estruturais e institucionais. A transformação digital deve, portanto, ser integrada num ecossistema mais amplo que combine tecnologia, políticas públicas e capacitação.

8. Contribuição Científica

Este estudo:

- fornece evidência empírica no contexto moçambicano
- desafia a visão de que a tecnologia, isoladamente, resolve problemas de inclusão financeira
- reforça a necessidade de abordagens sistémicas

9. Referências

- International Finance Corporation (IFC). (2018). Digital Financial Services for Agriculture.
- International Fund for Agricultural Development (IFAD). (2018). Inclusive rural finance.
- World Bank. (2017). ICT in Agriculture.
- World Bank. (2020). Financial Inclusion and Development.
- Karlan, D., Osei, R., Osei-Akoto, I., & Udry, C. (2014). Agricultural decisions after relaxing credit constraints. *Quarterly Journal of Economics*.
- Mukaila, R. (2024). Digital microcredit and agricultural productivity.
- Mapanje, O. (2023). Financing sustainable agriculture. *Sustainability*.
- Yue, P., et al. (2022). Digital finance and inequality.

* Autor: Francisco Nhanale



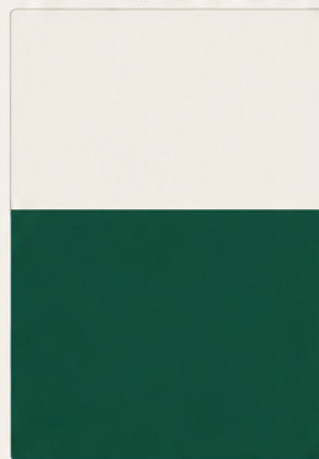
PÁGINA



IMPAR/PAR
37.500 MT + IVA

21cm X 27,5cm
Bleed 3 mm

1/2 PÁG (HORIZONTAL)



IMPAR/PAR
24.000 MT + IVA

13,75cm X 21cm
Bleed 3 mm

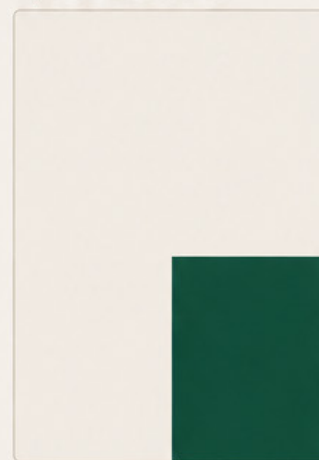
1/2 PÁG (VERTICAL)



IMPAR/PAR
24.000 MT + IVA

10,5cm X 27,5cm
Bleed 3 mm

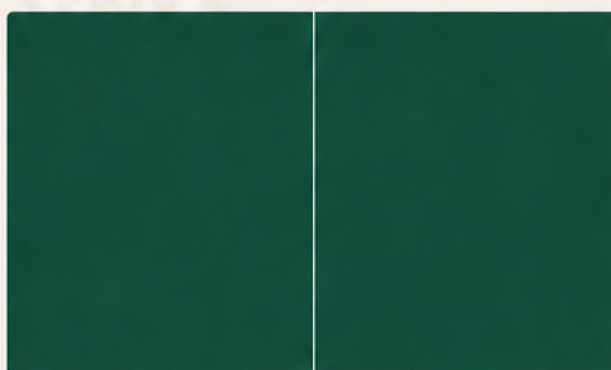
1/4 DE PÁGINA ¼



IMPAR/PAR
13.500 MT + IVA

10,5cm X 13,75cm
Bleed 3 mm

PÁGINA DUPLA



57.000 MT + IVA

27,5cm X 42cm
Bleed 3 mm



Cada inserção na revista impressa
ganha 1 mês de publicidade na nossa webpage.



Combate à pesca ilegal ganha nova frente com inauguração de centro regional em Maputo



A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) reforçou, este mês, a sua estratégia de combate à pesca ilegal com a entrada em funcionamento, em Maputo, do Centro Regional de Coordenação, Monitorização, Controlo e Fiscalização das Pescas.

A nova instituição, inaugurada a 11 de Junho, deverá apoiar os Estados-membros na vigilância das águas da região, na partilha de informação e na coordenação de operações destinadas a travar actividades ilegais que ameaçam os recursos pesqueiros. Falando no seu discurso de ocasião, o Presidente da República, Daniel Chapo, salientou que o novo centro permitirá aos países da SADC reforçar a monitorização das embarcações de pesca, harmonizar procedimentos de fiscalização, fortalecer capacidades institucionais e melhorar a troca de informação.

A expectativa é que a estrutura contribua para transformar a cooperação regional em acções concretas de protecção dos recursos aquáticos, actualmente expostos a redes de saque que, segundo dados oficiais, desviam anualmente entre 1,5 e dois mil milhões de dólares na África Sub-Sahariana e 400 milhões de dólares na região da SADC.

“Cada embarcação que captura re-

ursos de forma ilegal representa receitas que deixam de entrar nos cofres dos nossos países, empregos que deixam de ser criados e riqueza que deixa de beneficiar as comunidades africanas”, salientou.

Para Chapo, a pesca ilegal deixou de ser apenas uma preocupação do sector pesqueiro para se transformar numa ameaça à segurança alimentar, aos meios de subsistência das comunidades costeiras e à soberania económica dos Estados. Moçambique considera, dessa forma, que o sucesso do centro não será medido pelas suas instalações ou equipamentos, mas pela capacidade de preservar recursos, proteger comunidades e garantir que os benefícios da pesca continuem disponíveis para as futuras gerações.

A infra-estrutura foi construída com apoio do Banco Mundial e de parceiros internacionais, no âmbito de um compromisso regional que remonta ao Protocolo da SADC sobre Pescas, aprovado em 2001, e aos acordos posteriores para o combate à pesca ilegal na África Austral.





Economia azul ganha força na estratégia de diversificação económica

A cidade de Maputo acolheu de 11 a 12 de Junho corrente, a 3.^a Conferência Internacional Crescendo Azul, um evento onde Moçambique venceu o desejo de transformar o património marítimo nacional numa das principais alavancas de desenvolvimento económico das próximas décadas, apostando na economia azul como motor de emprego, industrialização e inovação.

A visão foi apresentada pelo Presidente da República, Daniel Chape, que, no discurso de abertura da conferência, defendeu uma utilização mais estratégica dos recursos marinhos para posicionar o país entre as referências emergentes da economia azul em África.

O Chefe de Estado destacou que os oceanos assumem, actualmente, um papel central nas transformações económicas globais, num contexto marcado pela crescente procura de alimentos, energia e novas rotas de comércio.

Com mais de 2.700 quilómetros de costa e localizado numa das mais importantes rotas marítimas do mundo, Moçambique pretende aproveitar a sua posição geográfica para atrair investimento, desenvolver cadeias de valor ligadas ao mar e criar oportunidades para uma população maioritariamente jovem.

“O desafio já não é identificar o poten-

cial existente, mas transformá-lo em benefícios concretos para as populações”, afirmou.

O Presidente defendeu uma economia azul assente na sustentabilidade ambiental, na inovação e na inclusão social, capaz de gerar riqueza sem comprometer os recursos das futuras gerações.

Entre as prioridades apontadas figuram o fortalecimento das comunidades costeiras, a criação de empregos qualificados, o desenvolvimento da indústria pesqueira e a expansão de actividades ligadas ao turismo e aos serviços marítimos.

Chape anunciou igualmente o reforço das políticas de gestão do espaço marítimo, com o objectivo de conciliar conservação, investimento e crescimento económico.

Num discurso voltado para o futuro do continente, o estadista apelou ainda ao aumento do financiamento internacional para projectos ligados à economia

azul e defendeu relações de cooperação baseadas em parcerias estratégicas.

Segundo Chape, o continente reúne recursos naturais, capital humano e potencial económico suficientes para transformar os oceanos em plataformas de prosperidade, integração regional e desenvolvimento sustentável.

“O desafio já não é identificar o potencial existente, mas transformá-lo em benefícios concretos para as populações”

Medidas para acordo do alto mar

No final da conferência, o Governo moçambicano anunciou o seu compromisso em avançar para a criação de um roteiro para implementar o Acordo do Alto Mar, tratado das Nações Unidas destinado à protecção da biodiversidade marinha em águas internacionais.

De acordo com o Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Mito Albino, o roteiro será desenvolvido em parceria com diferentes actores e deverá orientar a implementação dos compromissos assumidos pelo país no quadro do tratado internacional destinado à conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em águas internacionais.

Fazendo balanço da conferência, o ministro destacou que a mesma permitiu debater questões ligadas à conservação da biodiversidade marinha, investigação científica, financiamento da Economia Azul e resiliência das comunidades costeiras.

O ministro afirmou ainda que o Governo pretende reforçar a cooperação com parceiros nacionais e internacionais para garantir uma gestão sustentável dos recursos oceânicos e transformar a Economia Azul num motor de desenvolvimento para o país.

A terceira edição do Crescendo Azul reuniu representantes governamentais, sector privado, academia e parceiros de cooperação para discutir oportunidades e desafios associados ao futuro dos oceanos.



UE reforça financiamento para agenda climática e energética em Moçambique

A União Europeia (UE) e os seus Estados-membros assinaram, recentemente, em Maputo, quatro acordos de financiamento avaliados em 178 milhões de euros, com destaque para iniciativas de transição energética, sustentabilidade ambiental e reforço da resiliência climática em Moçambique.

Os acordos foram rubricados no âmbito da iniciativa Global Gateway e do II Fórum de Negócios Moçambique – União Europeia, que teve lugar nos dias 9 e 10 do corrente na capital do país, Maputo.

Entre os projectos financiados figura o programa de acesso à energia, orçado em 40 milhões de euros, destinado a expandir soluções energéticas sustentáveis e inclusivas. A iniciativa conta com financiamento da União Europeia, Bélgica, Suécia, Noruega, Banco Mundial e Fundo Verde para o Clima.

A componente ambiental é igualmente reforçada através de um projecto de promoção da sustentabilidade económica, ambiental e social da cadeia de valor agrícola, avaliado em 60 milhões de euros.

O objectivo é tornar o sector agrícola mais resiliente aos impactos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento económico e a inclusão social.

Do montante destinado a esta iniciativa, 50 milhões de euros são financiados pela União Europeia e os restantes 10 milhões pelo Reino dos Países Baixos. Os acordos incluem ainda um programa de educação para o futuro verde e digital, dotado de 50 milhões de euros, que visa melhorar o acesso ao ensino e



preparar crianças e jovens para os desafios de uma economia mais sustentável e tecnologicamente avançada.

Por sua vez, a iniciativa Europa para a Transformação Digital, financiada em 28 milhões de euros pela União Europeia, Itália e sector privado através do Banco Europeu de Investimento, pretende expandir o acesso à Internet, fortalecer a conectividade nacional e promover a inclusão digital através da criação de centros digitais locais.

Energia renovável atrai mais 50 milhões de dólares para electrificação rural

Moçambique garantiu um novo financiamento de 50 milhões de dólares para a expansão de mini-redes de energia renovável e impulsionar actividades económicas em comunidades rurais, numa iniciativa que deverá acelerar o acesso à electricidade em zonas ainda fora da rede nacional.

O financiamento, assegurado pelo Fundo Verde para o Clima (GCF), foi formalizado a 11 de Junho corrente, através da assinatura de um acordo entre o Fundo de Energia (FUNAE) e a agência belga de cooperação Enabel, no âmbito do projecto PURE – Energia e Uso Produtivo.

A iniciativa prevê a construção de infra-estruturas de geração de energia por operadores privados, combinando a ex-

pansão do acesso à electricidade com o apoio a pequenos negócios e actividades produtivas nas comunidades beneficiárias.

A implementação decorrerá ao longo dos próximos sete anos, num modelo que procura mobilizar também investimento privado para o desenvolvimento de mini-redes e de soluções energéticas capazes de dinamizar economias locais. Segundo as entidades envolvidas, o projecto pretende reforçar a resiliência das populações rurais face às mudanças climáticas, criando condições para o aumento da produção, geração de rendimento e melhoria dos serviços sociais.

O acordo integra um esforço mais amplo de expansão da electrificação rural no país. Ao financiamento do Fundo Verde para o Clima juntam-se recursos mobilizados pela União Europeia, Alemanha e Suécia, elevando para mais de 100 milhões de dólares o montante canalizado para o Programa Nacional de Aceleração das Mini-redes.

Nos últimos anos, Moçambique tem apostado nas mini-redes como uma das principais soluções para levar energia a localidades remotas, reduzindo a dependência da extensão da rede eléctrica convencional e abrindo espaço para uma maior participação do sector privado na electrificação rural.



Moçambique declina intermediários para entrada nos mercados de carbono

O governo pediu à União Europeia (EU) ajuda para reforçar a sua capacitação institucional, visando aprimorar o domínio técnico, por forma a assegurar maior soberania nas negociações e melhor proveito dos mercados de carbono. O pedido foi expresso, recentemente, em Maputo, pelo Ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), Roberto Mito Albino, durante a II edição do diálogo de alto nível sobre o Pacto Ecológico para Moçambique, que reuniu representantes de instituições nacionais e representantes da Europa comunitária. “O que nós pedimos à União Europeia é que nos ajude com assistência técnica especializada e de qualidade que permita que Moçambique possa tomar maior espaço nos mercados de carbono e que possa capturar mais recursos para o desenvolvimento sustentável”, explicou o ministro.

O ministro sublinhou que Moçambique ainda não está a explorar o potencial que possui para o financiamento climático, o que faz com que atraia vários intermediários que se oferecem para facilitar os processos, uma solução que segundo afirmou, está fora de questão. “Há muitos intermediários que têm aparecido a querer se oferecer para facilitar a entrada de Moçambique nos mercados de carbono e quando vamos ver, são intermediários que ganham mais do que nós”, salientou. Recorde-se que Moçambique foi o primeiro país do mundo a receber pagamentos pela contribuição dada na acção ambiental.

No âmbito do programa REED+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) do Fundo de Parceria para o Carbono Florestal do

Banco Mundial, o país arrecadou, em 2021, cerca de 6,4 milhões de dólares, após comprovada redução de emissões resultantes da conservação florestal e

gestão sustentável da terra, na província da Zambézia.

O que o mar nos devolve: O Alerta da Costa do Sol

Ao longo do último mês (Maio), as acções contínuas de monitoria nas praias do bairro da Costa do Sol têm trazido à superfície uma realidade alarmante. O esforço repetido de fiscalização e observação do areal resultou num balanço preocupante: cerca de 100 pilhas usadas e 3 velas de ignição de motor foram identificadas e retiradas das areias.

O facto de estes resíduos continuarem a ser detectados nesta monitoria, maré após maré, prova que o que parece apenas “lixo velho” é, na verdade, uma bomba-relógio química e silenciosa para o nosso ecossistema e para a nossa saúde.

Apuramentos preliminares apontam para a acção local dos pescadores, por via do descarte de pilhas utilizadas nas lanternas e de velas dos barcos a motor.

Os Impactos severos desta contaminação no Ambiente

À medida que estas pilhas se degradam e oxidam na areia, libertam metais pesados altamente tóxicos como mercúrio, cádmio, chumbo e lítio. Estes elementos infiltram-se no solo, contaminam os lençóis freáticos e entram na cadeia alimentar marinha. Uma única pilha alcalina pode contaminar até 175 mil litros de água.

Na Saúde Humana: O consumo de peixe e marisco contaminados por estes metais pesados está directa-

mente ligado a problemas neurológicos graves, falhas renais, distúrbios de desenvolvimento e cancro. A praia onde a comunidade passeia e as crianças brincam não pode continuar a ser um depósito invisível de resíduos perigosos.

Precisamos de soluções já

Os dados alarmantes que esta monitoria mensal nos revela mostram que registar o problema não basta; é urgente atacar a causa deste cenário crónico através de duas frentes:

Recolha Selectiva Eficiente: O município e os comércios locais precisam de disponibilizar pontos de recolha específicos (pilhões) acessíveis a todos os cidadãos. Pilhas e componentes mecânicos nunca devem ir para o lixo comum.

Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP): As empresas que importam e vendem estes produtos em Moçambique devem ser legal e financeiramente responsáveis pela criação de canais de logística inversa, garantindo o descarte e a reciclagem segura destes componentes.

Preservar o Ambiente Marinho é proteger o nosso futuro. Se consome pilhas, armazene-as num recipiente fechado em casa até encontrar um local de descarte seguro. Os dados da monitoria estão lançados, agora cabe-nos agir.

*Carlos Serra Jr. - Texto extraído do facebook

PERFIL INSTITUCIONAL

A REVISTA TERRA é uma publicação moçambicana especializada nos sectores agrário, ambiental, propriedade da Terra Media, Consultoria e Serviços, Sociedade Unipessoal Limitada, com sede na cidade de Maputo.



Missão

Contribuir para o fortalecimento do debate público informado sobre agricultura, ambiente e desenvolvimento sustentável em Moçambique, através de conteúdos jornalísticos multimédia, rigorosos, independentes e comprometidos com o interesse público.

Visão

Ser uma referência nacional e regional em jornalismo especializado nos sectores agrário e ambiental, reconhecida pela qualidade editorial, inovação nos formatos digitais e audiovisuais, credibilidade da informação e contributo para políticas públicas sustentáveis e inclusivas



Plataformas, Produtos e Conteúdos

A Revista Terra orienta a sua actuação pelos seguintes valores fundamentais:

- ☛ Independência editorial
- ☛ Rigor, credibilidade e verificação da informação
- ☛ Ética e responsabilidade profissional
- ☛ Compromisso com o desenvolvimento sustentável
- ☛ Inovação na comunicação e nos formatos jornalísticos
- ☛ Respeito pela diversidade de opiniões e pelo pluralismo democrático

